

AUTONOMIA E EDUCAÇÃO: UM PERCURSO EM CORNELIUS CASTORIADIS

Daniel Bardini **Dürks** – UNIJUÍ

Sidinei Pithan da **Silva** – UNIJUÍ

Agência Financiadora: CNPq

Resumo

Este texto tematiza algumas das concepções do projeto de autonomia arquitetado por Cornelius Castoriadis e suas vinculações com a educação. Em um primeiro momento procura-se evidenciar alguns vínculos entre o projeto de autonomia individual e sua dimensão social. Trata-se de reconhecer a constituição do sujeito/indivíduo e do mundo social e histórico na interface dialética do imaginário instituinte e instituído. Em um segundo momento, procura-se pensar sobre o significado do conceito de autonomia no âmbito da esfera política, buscando refletir sobre a necessidade da independência e permanente articulação entre as três esferas que ocorrem as inter-relações em uma democracia: *oikos, ágora e ecclesia*. Por fim, são tecidas algumas reflexões sobre a condição indeterminada do Ser e a necessidade de pensar a educação como uma prática social instituída e instituinte que configura certas possibilidades de ampliar a autonomia dos sujeitos. Isto implica em ampliar suas possibilidades de conhecer, explicar e compreender o mundo, bem como de realizar escolhas, pensar, deliberar e ser responsável por ele.

Palavras-chave: Sociedade. Autonomia. Educação. Indivíduo.

AUTONOMIA E EDUCAÇÃO: UM PERCURSO EM CORNELIUS CASTORIADIS

Introdução

Este texto tematiza algumas dimensões do conceito de autonomia em Cornelius Castoriadis e suas relações com a educação. O universo da educação, em Castoriadis,

confunde-se com o universo de autoconstituição do humano no mundo social e histórico. A tarefa da educação, numa sociedade democrática, articula-se com a constituição da autonomia humana. Só podem existir sociedades democráticas (âmbito social) quando existem indivíduos autônomos (âmbito individual). Mas, o que significa autonomia? Como se articulam as dimensões individuais e sociais no conceito de autonomia de Castoriadis? Qual o significado do conceito de autonomia na esfera da vida política? Estas parecem algumas questões que animam a presente reflexão e que nos desafiam a pensar seus sentidos na prática educacional.

O indivíduo e a dimensão social da autonomia

A compreensão do conceito autonomia perpassa pela própria análise etimológica do sentido do termo. *Nomia*, do grego *nómos*, significa: regra, lei, norma (CHAUI, 2002). Dessa forma, a junção dos termos *aut(o)* com *nómos* significa, em um sentido amplo, “[...] a capacidade de alguém reflexivamente determinar a partir de si a própria vida” (ROHDEN, 2000, p. 126).

Castoriadis desenvolve suas reflexões na tentativa de ampliar o entendimento sobre a importância da autonomia e a noção de “determinar e legislar a partir de si a própria vida”. Para pensar com o autor, algumas questões nos são postas: ao ter autonomia posso fazer o que bem entendo sem respeitar as leis instituídas na coletividade? Posso fazer minhas próprias leis sem me importar com as consequências de minhas ações para com os “Outros”? De que forma podemos pensar a relação do discurso do Outro como parte do projeto de autonomia?

De modo geral, a condição da autonomia do indivíduo é a oposição da heteronomia. Neste viés, se a autonomia é a minha lei e parte das decisões do meu consciente (*ego*), a heteronomia seria a legislação ou a regulação pelo Outro, sendo parte do inconsciente (*id*). Dessa forma, com base nas formulações da psicanálise, o inconsciente seria a regulação pelo “discurso do Outro”, fruto do imaginário social instituído no domínio do social-histórico, ou conforme Castoriadis (2010, p. 124) das “significações de que o indivíduo foi objeto, desde sua concepção, e mesmo antes, por parte dos que o engendram e o criaram”. Por conseguinte, a “autonomia torna-se então: meu discurso deve tomar o lugar do discurso do Outro, de um discurso estranho que está em mim e me domina: fala por mim”, ou seja, o *ego* deve ocupar ou limitar ao máximo o espaço do *id*.

Segundo Castoriadis (2010), a influência do discurso do Outro para a constituição da autonomia individual é o fator considerado como “o problema” da dimensão social em muitas interpretações da teoria psicanalítica freudiana. Por isso, em sua leitura da teoria freudiana, a autonomia se dá pelo entrelaçamento da compreensão das instituições imaginárias instituídas na sociedade e a própria compreensão e elaboração da constituição do imaginário social radical (criativo) do coletivo anônimo. Castoriadis (2010, p. 129) compreende que:

[...] a autonomia não é eliminação pura e simples do discurso do outro, e sim elaboração desse discurso, onde o outro não é material indiferente porém conta para o conteúdo do que ele diz, que uma ação intersubjetiva é possível e que não está fadada a permanecer inútil ou a violar por sua simples existência o que estabelece com seu princípio.

Neste viés, autonomia humana não é um processo individual dissociado da construção imaginária da coletividade social. Para Castoriadis (2010), a autonomia deve ser estendida e desejável a todos os membros da sociedade, isto é, que se instaure uma autonomia política em que o coletivo anônimo instituinte possa deliberar, opinar e (re)criar individualmente e intersubjetivamente sobre e com as instituições imaginárias instituídas na dimensão do social-histórico.

Problema que se apresenta sob a forma de paradoxo, pois o que visamos através da educação é a autonomia do indivíduo – e essa autonomia tem condições estabelecidas historicamente, tanto na história do indivíduo, quanto naquela coletividade onde ele vive –, dizemos que é preciso educar o indivíduo para que ele seja autônomo. Dizemos, portanto, algo tão paradoxal quanto: é preciso dar-lhe o hábito da liberdade, o hábito do não hábito. Ou então: levá-lo a ser quase que automaticamente autônomo. Antinomia intratável para a lógica corrente e para a concepção herdada de liberdade (CASTORIADIS, 2007, p.178).

Dessa forma, Castoriadis (1992) salienta que o seu projeto de autonomia difere do projeto de autonomia de Kant. Para o autor, a autonomia e o social-histórico não podem ser explicados, descobertos e fundados numa Razão imutável, em um determinismo ontológico de uma lei que se dá ao ser para sempre. A autonomia para

Castoriadis (1992, p. 140) é sempre um exercício do imaginário radical (criação), ou conforme suas palavras o “surgimento de um *eidos* novo na história do ser: um tipo de ser que se dá a si mesmo, reflexivamente, suas leis de ser [...] é o agir reflexivo de uma razão, que se cria num movimento sem fim, como ao mesmo tempo individual e social”.

Autonomia política: alguns apontamentos

As relações entre indivíduos e a dimensão social com a instituição política podem ser divididas, abstratamente, em três esferas: *oikos* – privada, *ágora* – privada / pública e, no caso de uma sociedade democrática, *ecclesia* – pública / pública. Para Castoriadis (1999, p. 69-70) a plena articulação destas três esferas no sentido democrático foi inaugurada na *pólis* grega, pois “foi lá que, ao mesmo tempo em que se firmou a independência do *oikos*, foi criada uma *ágora* (esfera pública / privada) livre, e que a esfera pública / pública tornou-se verdadeiramente pública”.

Castoriadis (1999, p. 70) segue sua reflexão salientando que “o totalitarismo caracteriza-se pela tentativa de unificação forçada dessas três esferas, e pelo devir-privado da esfera pública / pública”. Neste viés, para que uma sociedade seja autônoma, é fundamental que a *ecclesia* não seja objeto de apropriação privada de grupos particulares, mas que torne-se instituição passível do devir-público, que no caso torna os poderes legislativo, judiciário e governamental pertencentes efetivamente ao povo.

A uma sociedade autônoma cabe o desafio de, ao mesmo, assegurar a independência das três esferas garantindo a liberdade, mas também articulá-las e juntá-las possibilitando a opinião e o exercício democrático. Para tanto, é fundamental pensar sobre a importância da *ágora* (esfera pública / privada), a qual é entendida como a “esfera onde os indivíduos se encontram e se reagrupam sem relação explícita com as questões políticas, para praticarem todas as atividades e todas as trocas que lhes prouver” (CASTORIADIS, 1999, p. 78).

Em função da *ágora* ser compreendida no sentido particular do termo como mercado, é que Castoriadis (1999) tece algumas de suas reflexões e preocupações com o atual modelo político ocidental na contemporaneidade. Para o autor, com o atual estágio do capitalismo:

[...] a população mergulha na *privatização* abandonando o domínio público às oligarquias burocráticas, empresariais e financeiras. Um novo tipo antropológico de indivíduo emerge, definido pela avidez, pela frustração,

pelo *conformismo generalizado* (o que, na esfera da cultura, denomina-se pomposamente pós-modernismo). Tudo isso é materializado em estruturas pesadas: a corrida louca e potencialmente letal de uma tecnociência autonomizada, o onanismo consumista, televisual, publicitário, a autonomização da sociedade, a rápida obsolescência técnica e “moral” de todos os “produtos”, das “riquezas” que, crescendo sem cessar, se esvaem entre os dedos das mãos. O capitalismo parece ter enfim conseguido fabricar o tipo de indivíduo que lhe “corresponde”: perpetuamente distraído, *zapeando* de uma “fruição” para a outra, sem memória e sem projeto, pronto a responder a todas as solicitações de uma máquina econômica que, cada vez mais, destrói a biosfera do planeta para produzir ilusões denominadas mercadorias (CASTORIADIS, 1999, p. 82).

Na contemporaneidade é possível interpretar que a esfera da *ágora* se tornou uma extensão do *oikos* – que significa casa, ou seja a esfera exclusivamente privada. O diálogo político democrático em prol das ideias e interesses da coletividade, de certo modo, está sendo substituído por interesses privados, desencadeados, especialmente, pelo aspecto econômico. Na sociedade contemporânea, salvo em algumas exceções, vamos ao mercado (*ágora*) apenas para comprar e sanar nossas necessidades privadas, fazendo com que a *ecclesia* se torne, em nosso imaginário, uma esfera que nos possibilite o poder de consumir os bens e serviços que necessitamos no momento. Para Castoriadis (1999) somente uma sociedade autônoma, organizada democraticamente – que garanta tanto a independência (liberdade) quanto a articulação das três esferas políticas (*oikos*, *ágora* e *ecclesia*) – pode incutir e incentivar ao máximo características como a reflexividade e a capacidade de deliberação do imaginário radical da coletividade anônima. Nesta linha de pensamento, poderíamos – sociedade e sujeito – compreender a economia, por exemplo, não como um “fim” em nossas vidas, mas sim como um simples “meio”.

Considerações finais: breves reflexões sobre autonomia e educação

Neste breve percurso com as reflexões teóricas de Castoriadis, é possível interpretar a autonomia como um projeto. Esse termo é proposto pela necessidade em compreender a busca pela autonomia em um constante movimento, já que não é algo alcançado pelo ser de uma vez por todas, como determinidade; se trata de uma condição por-vir-a-ser, que sempre é um sem-fundo, é caos (2002). Além do mais, o projeto de autonomia humana é sempre a práxis da psique (sujeito) com a sociedade (coletividade)

e as significações advindas das instituições imaginárias do social-histórico. Para Castoriadis o ser é indeterminidade.

A leitura das elaborações de Castoriadis, permite interpretar que o tensionamento entre a heteronomia e a autonomia está e estará sempre presente nas relações humanas. Rohden (2000, p. 164), em sentido semelhante expressa que: “a educação para a autonomia é um processo formativo que se estende por toda a nossa vida”. Com efeito, a pedagogia (educação) não deve ser compreendida somente como uma técnica, mas também, e especialmente, como criação advinda do imaginário radical; como práxis. Nessa perspectiva, é que se propõe uma educação crítica, que segundo Rohden (2000, p. 165) se resume exatamente numa “educação para a autonomia, numa relação professor-aluno em que o ensino de conteúdos é desenvolvido com uma consciência dos constantes limites factuais do conhecimento”. A criticidade na dimensão educacional pode contribuir, finalmente, para o pensar e agir do sujeito na esfera política, tornando-o capaz de refletir, deliberar e acreditar na permanente necessidade de pensar e se preocupar “no”, “com” e “pelo” o outro.

Referências bibliográficas

CASTORIADIS, C. **As Encruzilhadas do Labirinto III: o mundo fragmentado**. Trad. Rosa Maria Boaventura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Encruzilhadas do labirinto V: Feito e a ser feito**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **Encruzilhadas do labirinto II: domínios do homem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Sujeito e Verdade no Mundo Social e Histórico**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **A instituição imaginária da sociedade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

CHAUÍ, M. **Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ROHDEN, V. Sobre a idéia de educação para a autonomia. In: TAVARES, José Antônio Giusti (Org.). **Totalitarismo tardio**: o caso do PT. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.